

Filhos de culturas divorciadas: uma introdução à literatura chicana²³

Carla Portilho²⁴

Resumo: Este ensaio visa a situar o contexto histórico, político e cultural que possibilitou o surgimento da literatura chicana, aqui considerada como um exemplo das novas literaturas que surgem nas zonas de contato, formadas e influenciadas por mais de uma cultura simultaneamente. Buscou-se aqui enfatizar o diálogo que a cultura chicana procura estabelecer com a cultura hegemônica. Esse diálogo, de cunho fortemente político, trava-se com e contra o discurso dominante, e tem como objetivo propor uma revisão da cultura hegemônica de modo a conquistar espaço para culturas tradicionalmente excluídas. Os autores chicanos não procuram inserir seus textos na literatura hegemônica, mas sim marcá-los como textos de fronteira, pertencentes a mais de uma cultura a um só tempo, refletindo a busca de um espaço próprio para a literatura chicana.

Palavras-chave: literatura chicana; história chicana; fronteira.

Abstract: The aim of this essay is to discuss the historical, political and cultural context which allowed the rise of Chicano literature, viewed as an example of the new literatures that emerge in the “contact zones”, formed and influenced by more than one culture simultaneously. My intention was to emphasize the dialogue Chicano literature seeks to establish with hegemonic culture. This dialogue, which is strongly political, takes place within and against the dominant discourse, and aims at a revision of hegemonic culture so as to make room for traditionally excluded cultures. Chicano writers do not attempt to insert their texts in hegemonic literature, but would rather mark them as border texts, belonging to more than one culture at the same time, reflecting Chicano literature’s search for its own space.

Keywords: Chicano literature; Chicano history; border.

Apresentando o povo chicano

Being a Mexican-American is tough. Anglos jump all over you if you don't speak English perfectly. Mexicans jump all over you if you don't speak Spanish perfectly. We gotta be twice as perfect as anybody else. [...] We gotta prove to the Mexicans how Mexican we are and we gotta prove to the Americans how American we are. We gotta be more Mexican than the Mexicans and more American than the Americans, both at the same time. It's exhausting! Nobody knows how tough it is to be a Mexican-American.

Abraham Quintanilla, personagem de *Selena*.
(NAVA 1997)

We Chicanos are like the abandoned children of divorced cultures. We are forever longing to be loved by an absent neglectful parent – Mexico – and also to be truly accepted by the other parent – the United States. We want bicultural harmony. We need it to survive. We struggle to achieve it. This struggle keeps us alive.
Dora Saldaña, personagem de *Black Widow's Wardrobe*.

²³ Recebido em 14 de abril de 2019. Aceito em 21 de junho de 2019.

²⁴ Doutora em Literatura Comparada, Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF). Contato: carla_portilho@id.uff.br

(CORPI 1999)

Um viajante que suba a costa da Califórnia de carro depara-se, ao longo da estrada, com placa após placa em que nomes em espanhol saltam aos olhos: San Diego, Los Angeles, Santa Monica, Santa Barbara, San Luis Obispo, San Francisco... Basta que se abra um mapa do sudoeste dos Estados Unidos para que mais uma vez não seja possível ignorá-los: San Antonio, El Paso, Las Vegas, Albuquerque, Santa Fe... Os nomes em espanhol de várias cidades dos Estados Unidos – muitas delas antigas missões jesuíticas espanholas – são um testemunho cotidiano de que a presença espanhola na região antecedeu a chegada dos ditos “pioneiros”, de origem anglo-saxônica, no século XVIII. Esses aventureiros deixaram a costa leste dos Estados Unidos com o objetivo de desbravar e conquistar o oeste, em busca de ouro, prata e todo tipo de riqueza; lá chegando, encontraram não apenas a população indígena nativa, mas também uma sociedade aristocrática de origem espanhola previamente estabelecida.

Mais tarde, já no início do século XIX, as colônias americanas pertencentes à Espanha começaram a lutar por sua independência. O México, do qual a região passou a fazer parte, conquistou sua independência da Coroa espanhola em 1821. Poucos anos depois, os “anglos” invadiram o Texas, que se tornou o pivô de um conflito de maiores proporções, a Guerra México-Estados Unidos. Essa guerra só teve fim em 1848, com a assinatura do Tratado de Guadalupe-Hidalgo, pelo qual o México cedeu aos Estados Unidos mais de metade do seu território, inclusive a região mencionada acima.

Sabe-se que normalmente é o vencedor de uma guerra quem conta a sua história. A História dos Estados Unidos celebra a chegada dos peregrinos de origem anglo-saxônica que aportaram na costa leste com o *Mayflower* para fundar as Treze Colônias; ao mesmo tempo, relega a segundo plano a presença histórica de uma população de origem hispânica no sudoeste do país – presença essa que remonta a vários séculos, sendo anterior à própria chegada do *Mayflower*. Cidadãos de origem hispânica por vezes são tratados com preconceito e desconfiança, ao invés de respeito e igualdade, e vistos como intrusos ou invasores que houvessem acabado de cruzar a fronteira do Rio Grande a nado, quando muitas vezes suas famílias habitam a região há mais de trezentos anos.

Os Estados Unidos aparentam, aos olhos do restante do mundo, uma falsa noção de unicidade. A indústria cultural é um instrumento bastante eficaz para propagar ao mundo a ideia de que os Estados Unidos são o conhecido *melting pot*, um caldeirão no qual diferenças culturais são diluídas e apagadas, de modo que das várias culturas misturadas faz-se uma

única cultura homogênea. Mais adequado seria dizer que o panorama cultural nos Estados Unidos assemelha-se a um mosaico, no qual culturas diversas convivem à margem da cultura dominante, no caso, de origem branca anglo-saxônica.

Todo o aparato da indústria cultural, entretanto, não consegue silenciar essas culturas relegadas à margem. A população de origem hispânica dos Estados Unidos, se somadas as comunidades de origem mexicana, porto-riquenha, cubana, dominicana e outras, já é hoje mais numerosa do que a população negra – e vem conquistando um maior espaço a cada dia, inclusive na mídia, com o surgimento de astros populares já reconhecidos pelo *mainstream*, como, por exemplo, o chicano Carlos Santana, a cubana-americana Gloria Estefan e os porto-riquenhos Jennifer Lopez e Ricky Martin.

Neste estudo, trato apenas de um segmento dessa população de origem hispânica, os chicanos. Também conhecidos como mexicano-americanos (embora o termo seja questionável, uma vez que o México está situado no continente americano e, portanto, todo mexicano é americano), os chicanos são cidadãos estadunidenses de origem mexicana ou mexicanos radicados nos Estados Unidos. A palavra chicano é uma forma originalmente pejorativa utilizada nos Estados Unidos pela sociedade branca, apropriada pela comunidade mexicano-americana durante o Movimento Chicano pelos Direitos Civis nas décadas de 60 e 70. Hoje em dia o termo guarda uma conotação política – denominam-se chicanos os mexicano-americanos engajados na luta por igualdade social.

A guerra México-Estados Unidos: como a fronteira atravessou os mexicanos

Em meados do século XIX, a cena econômica na América do Norte mostrava um grande descompasso entre os Estados Unidos e o México. Os Estados Unidos, por conta do avanço tecnológico, haviam se transformado em uma sociedade industrial, enquanto o México buscava estabilidade em meio a um período difícil após a Guerra de Independência.

Diz-se que a História é sempre contada pela ótica do vencedor. Rudolfo Acuña, em seu livro *Occupied America* (1988), subverteu essa tradição ao narrar a história das relações entre o México e os Estados Unidos pelo ponto de vista do derrotado. Em seu relato, ele discute como os Estados Unidos, ao longo do processo de aquisição da porção de terra que hoje constitui o sudoeste do país, utilizaram como sinônimos as palavras “expansão” e “invasão”. A guerra com o México não derivou de uma necessidade americana de acumular mais terra,

pois o país ainda contava com um vasto território desabitado, mas foi motivada basicamente pelo lucro (ACUÑA 1988: 5).

Por volta de 1820, o governo mexicano abriu as portas do Texas aos imigrantes de origem anglo-americana que ali quisessem se estabelecer, desde que respeitassem duas condições básicas: que fossem todos católicos e jurassem fidelidade ao México. A princípio vieram fazendeiros que haviam perdido suas terras na depressão de 1819, mas logo também chegaram empreendedores atraídos pelo lucro que pressupunham obter com a disponibilidade de terra barata. Em breve, o México começou a se alarmar com o fluxo de imigrantes, já que grande parte destes considerava que os mexicanos nativos eram os intrusos. Pouco tempo depois, os Estados Unidos fizeram uma oferta de 1 milhão de dólares pelo Texas. Ante a recusa mexicana, iniciaram uma política externa agressiva que visava coagir o México a vender-lhes o território (ACUÑA 1988: 6-7).

O México encontrava dificuldades para consolidar o seu controle sobre o Texas – o número de imigrantes anglo-americanos e a vastidão do território tornavam a tarefa quase impossível. Além disso, os anglo-americanos se recusavam a obedecer às leis mexicanas, o que levou o México a colocar reforços militares de prontidão no estado, atitude logo interpretada pelos anglo-americanos como um ato de hostilidade (ACUÑA 1988: 7).

Muitos historiadores contribuíram para divulgar mitos como o de que a tirania do governo mexicano justificava a guerra, que poderia ser considerada um segundo momento na guerra de independência dos Estados Unidos. Esses mitos, entretanto, não levam em consideração o fato de que o México não invadiu o Texas – o Texas pertencia ao México. Na realidade, o motivo da guerra foi o lucro que seria gerado caso o Texas passasse a pertencer aos Estados Unidos, uma vez que o valor das terras texanas seria multiplicado inúmeras vezes. Os anglo-americanos consideravam a separação do México e uma eventual união com os Estados Unidos o arranjo político mais lucrativo (ACUÑA 1988: 8-9).

Os Estados Unidos provocaram a guerra contra o México, apesar da oposição de alguns estadunidenses, que temiam principalmente a probabilidade de expansão da escravatura. Muitos líderes militares admitiam que se tratava de uma guerra injusta, pois os Estados Unidos haviam cometido um ato de agressão. No entanto, o sentimento que permeava a maior parte das relações entre anglo-americanos e mexicanos era a crença dos primeiros de que eram moral, intelectual e politicamente superiores; logo, não deveriam estar sujeitos às leis mexicanas (ACUÑA 1988: 9).

Sendo um território eternamente cobiçado pelos “anglos”, o Texas sempre esteve no vértice dos conflitos, fato que abriu o caminho para a guerra entre os Estados Unidos e o

México. Em 1845, o Texas foi anexado aos Estados Unidos e se tornou um estado. Esse fato levou à imediata ruptura das relações diplomáticas entre México e Estados Unidos. Além disso, as forças estadunidenses invadiram o território disputado na fronteira Texas-México, a fim de provocar um ataque. Esses dois fatores tornaram a negociação impossível. Quando os mexicanos atacaram as tropas invasoras no território disputado, os Estados Unidos declararam guerra. A campanha seguiria em três etapas: os mexicanos seriam retirados do Texas, os anglo-americanos ocupariam a Califórnia e o Novo México e, por fim, as forças estadunidenses marchariam sobre a Cidade do México e forçariam o governo mexicano derrotado a aceitar seus termos de paz. Foi basicamente o que sucedeu e, ao final, com um custo relativamente baixo em homens e dinheiro, os Estados Unidos anexaram mais de 1 milhão e meio de quilômetros quadrados do território mexicano (ACUÑA 1988: 12-13).

Os Estados Unidos buscaram racionalizar as invasões e encontrar justificativas para a guerra. A maior parte dessas justificativas se baseava na ideia do Destino Manifesto, que tem suas origens no Puritanismo e norteia o pensamento anglo-americano até os dias de hoje. Assim como os puritanos acreditavam que eram o povo escolhido por Deus para propagar sua fé ao Novo Mundo, os anglo-americanos do século XIX acreditavam que Deus os havia feito guardiões da democracia e que sua missão, ou seja, seu destino manifesto, seria ocupar o mundo e levar os princípios da democracia e do cristianismo aos povos menos afortunados. Stephen Steinberg aponta um fato que servia de justificativa moral e ideológica para a conquista tanto do território mexicano quanto, anteriormente, das terras indígenas: esses povos não aravam a terra. Segundo a ética protestante de trabalho, a terra deveria ser arada, e nenhuma nação teria o direito de manter o solo improdutivo. Argumentava-se que os mexicanos eram um povo degenerado e atrasado, que desperdiçava a terra e seus recursos; logo, não teriam direito a ela (STEINBERG 1982: 21-22).

Essa atitude se refletiu nas relações entre a sociedade e os grupos minoritários. Muitos anglo-americanos acreditam que a guerra foi vantajosa para o sudoeste e que os mexicanos que permaneceram ou migraram para lá deveriam ser gratos. Se não o são, acreditam eles, é por não saberem apreciar os méritos de uma sociedade livre. Dessa forma, a repressão doméstica é justificada pela mesma retórica que justifica a agressão internacional (ACUÑA 1988: 15). Esses fatos se repetem até os dias de hoje, quando se vê que os Estados Unidos continuam a usar uma pretensa “superioridade moral” para justificar suas intervenções políticas e militares no mundo (BOFF 2003).

A guerra deixou sequelas e influenciou as atitudes mexicanas em relação aos estadunidenses, tanto quanto a vitória fácil condicionou o comportamento dos estadunidenses

em relação aos mexicanos. Os Estados Unidos lutaram uma guerra violenta e brutal, e a ocupação que se seguiu foi ainda mais aterrorizante. Cidades inteiras foram destruídas pelas bombas e pelo fogo e as tropas estadunidenses cometeram impunemente um sem-número de atrocidades contra civis (ACUÑA 1988: 14-18).

O México, derrotado, não teve outra saída a não ser aceitar a assinatura do tratado de Guadalupe-Hidalgo, que pôs fim à guerra. O México concordou com a demarcação da fronteira com o Texas no Rio Grande e cedeu o território hoje equivalente aos estados da Califórnia, Novo México, Nevada e parte dos estados do Colorado, Arizona e Utah, ou seja, mais da metade do território mexicano. De acordo com o tratado, os mexicanos que escolhessem permanecer no território ocupado se tornariam cidadãos estadunidenses com todos os direitos de cidadania assegurados, inclusive o direito à posse de suas terras. Na prática, entretanto, o tratado foi ignorado. Durante o século XIX os mexicanos foram considerados uma classe distinta da raça dominante e seus direitos foram sistematicamente violados (ACUÑA 1988: 18-20).

Ao longo do século XIX, provavelmente apenas uma minoria dos mexicanos do Texas aceitava a hegemonia estadunidense; muitos resistiam ao papel subalterno que lhes era imposto. A rebelião assumia a forma de banditismo social, revoltas e até mesmo ação revolucionária. O nacionalismo mexicano era alimentado principalmente pela sua quase total exclusão das instituições culturais e sociais norte-americanas (ACUÑA 1988: 26; 43).

O Movimento Chicano

Já no século XX, na primeira metade da década de 60, uma década que se caracterizou por grandes e rápidas mudanças no mundo inteiro, a luta pelos direitos civis levou tanto os políticos quanto a mídia à descoberta e ao reconhecimento público de que havia pessoas pobres vivendo na “América”. Essa mudança afetou a grande população de origem mexicana, os chicanos, que, sendo praticamente desconhecidos fora do sudoeste dos Estados Unidos, esperavam que a consciência da sua luta levasse a uma reforma da estrutura política, resultando na remoção das barreiras que impediam sua completa participação na sociedade (ACUÑA 1988: 307).

Tais mudanças não ocorreram, a princípio porque os programas governamentais visavam apenas a aquietar a população negra e mantê-la sob controle. No entanto, esse confronto entre negros e brancos terminou por afetar outras comunidades, como chicanos e índios, que logo começaram a exigir direitos humanos e políticos similares. Era difícil para essas outras

comunidades, no entanto, convencer as pessoas de que elas faziam parte do movimento pelos direitos civis e que também eram comunidades étnicas que sofriam discriminação (ACUÑA 1988: 309).

Os ativistas chicanos, em particular, alimentavam grandes expectativas, devido a uma série de fatores: a população de origem mexicana havia aumentado drasticamente; concentrava-se em estados e cidades-chave, onde havia um potencial para o poder político; a maioria da população era urbana, o que lhe dava mais liberdade para se organizar; finalmente, o sucesso dos clubes “Viva Kennedy” havia criado a ilusão de que a participação no partido democrata daria aos chicanos um maior acesso ao poder. Havia, no entanto, inúmeras barreiras entre a população chicana e o poder – barreiras de ordem econômica, social e política, que impediam a participação plena dos chicanos na sociedade anglo-americana (ACUÑA 1988: 355).

O programa *bracero* e as *maquiladoras* demonstram o tipo de relação existente entre o poder econômico dos Estados Unidos e os trabalhadores de origem mexicana. A partir do fim do século XIX, o governo americano havia permitido a imigração de trabalhadores braçais (daí o nome *bracero*) sempre que houvesse necessidade urgente de mão-de-obra na agricultura ou nas indústrias, desde que não houvesse competição entre os trabalhadores mexicanos e os anglo-americanos. O mesmo se deu nas *maquiladoras*, mais contemporâneas e urbanas: fábricas de montagem estabelecidas na fronteira entre os Estados Unidos e o México, que recrutavam trabalhadores mexicanos pagando o salário mínimo exigido pelo México. O racismo institucionalizado justificava a exploração da mão-de-obra mexicana e chicana, enquanto uma educação deficiente os excluía dos empregos com melhores salários. Ao longo dos anos 60, a população chicana aumentou consideravelmente em cidades como Los Angeles, Chicago e Houston. Nessa mesma época, os contratos do governo com a indústria bélica levaram a um aumento da demanda não só por mão-de-obra especializada, mas também por trabalhadores sem qualificação para indústria, construção e serviços, além da agricultura. Esses trabalhadores começaram a se organizar em sindicatos, e o líder sindical César Chávez tornou-se um símbolo do movimento chicano (ACUÑA 1988: 320-325).

Chávez fundou a *National Farm Workers Association* (NFWA), uma associação que conseguiu aumentar os salários dos trabalhadores migrantes junto a dois grandes produtores californianos. Pouco depois, a NFWA se fundiu a uma organização de trabalhadores filipinos dando origem ao *United Farm Workers Organizing Committee* (UFWOC). O UFWOC iniciou suas atividades organizando piquetes contra os produtores de uvas em Delano, Califórnia, que pagavam salários injustos aos trabalhadores. Foi o início do episódio conhecido como *La Huelga* (“A Greve”), que durou cinco anos, ao longo dos quais aumentou

a consciência do povo dos Estados Unidos em relação às condições desumanas que os trabalhadores de origem mexicana haviam suportado por décadas a fio. Dezesete milhões de estadunidenses uniram-se ao boicote e deixaram de comprar uvas californianas ao longo desses cinco anos. Ao fim desse tempo, após perder milhões de dólares devido aos famosos *grape boycotts*, os produtores cederam às pressões e concordaram em garantir os direitos dos trabalhadores e elevar o salário mínimo (NOVAS 1998: 109-110).

Em meados da década de 60, o governo começou a desenvolver esforços políticos para limitar a entrada de mexicanos nos Estados Unidos. Esses esforços foram inúteis, entretanto, já que a realidade política e a necessidade do trabalho realizado pelos mexicanos neutralizavam qualquer solução política (ACUÑA 1988: 355). Na verdade, a política de imigração dos Estados Unidos sempre foi ambígua; os governos locais manipulavam a imigração, liberando a entrada de trabalhadores sem documentos quando essa mão-de-obra barata se fazia necessária, principalmente na época da colheita. Após a colheita, esses trabalhadores eram mandados de volta. É interessante notar que as inúmeras ameaças de “fechar as fronteiras”, feitas pelo governo dos Estados Unidos, nunca se realizaram (TORRES 1993: 4).

A militância entre os chicanos cresceu na segunda metade da década de 60, estimulada pela intensidade crescente do movimento pelos direitos civis, que aumentou a consciência política da população chicana. A principal exigência dizia respeito à educação – os comitês protestavam contra a alta taxa de evasão, a ausência de um currículo relevante e a falta de professores e conselheiros de origem mexicana. Esse descontentamento foi demonstrado com passeatas e manifestações nas cidades de grande população chicana, principalmente Los Angeles. O ano de 1968 representou o ano de maior rebelião entre os jovens, e para os chicanos foi o ano dos heróis, dentre os quais podemos citar, além do próprio César Chávez, também Rodolfo “Corky” Gonzáles, José Angel Gutierrez e Reies Lopez Tijerina. Cada um deles expressou as frustrações da comunidade com a educação inadequada, a brutalidade da polícia, a Guerra do Vietnã e o deslocamento da sua própria terra. Nos anos 70, no entanto, a importância dessas atividades declinou e a classe média restaurou sua hegemonia sobre o movimento (ACUÑA 1988: 355-356).

De volta a Aztlán: o renascimento literário chicano

O Movimento Chicano teve um papel fundamental no florescimento da literatura chicana. Embora já houvesse uma produção literária desenvolvida pela comunidade

mexicano-americana há mais de cem anos, foi a partir dos anos 60 que essa produção passou a estar relacionada aos acontecimentos político-sociais. É nesse momento que o termo chicano, originalmente de cunho pejorativo, é adotado pela comunidade para designar os habitantes da fronteira física e/ou cultural entre os Estados Unidos e o México.

Philip Ortego identifica a publicação da revista literária *El Grito*, em 1967, como o marco inicial do renascimento literário chicano. A revista foi fundada por um grupo de alunos da Universidade de Berkeley, Califórnia, juntamente com um professor de Antropologia, todos chicanos, para ser um fórum onde a comunidade chicana pudesse articular o seu próprio senso de identidade. Mais tarde o mesmo grupo fundou a Editora Quinto Sol. A iniciativa vinha propor um caminho alternativo para os chicanos, que não encontravam espaço nos meios literários tradicionais anglo-americanos, a não ser quando abriam mão de se expressar como chicanos. Os escritores que tentavam romper com os estereótipos comumente aceitos sobre os mexicano-americanos nos Estados Unidos não encontravam apoio entre os editores das revistas, uma vez que a imagem do mexicano indolente, passivo e servil era considerada demasiado arraigada para ser posta de lado (ORTEGO 1971: 214-217).

Ainda de acordo com Ortego, a característica mais significativa do renascimento literário chicano é a identificação do povo chicano com o seu passado indígena. Como a literatura se alimenta de história e mitos, os escritores chicanos se voltaram para o passado indígena do México em busca dos seus símbolos e mitos mais significativos (ORTEGO 1971: 221-222), dentre os quais podemos mencionar La Malinche e Coatlicue, por exemplo. Dessa forma, o povo chicano buscava construir uma identidade que o afastasse tanto do estereótipo vigente quanto da própria cultura anglo-americana hegemônica, e que o marcasse como uma nação. Para reforçar essa ideia de uma nação chicana foi criada a metáfora de Aztlán, o território perdido dos chicanos. Aztlán teria sido, segundo um mito asteca, a terra dos povos indígenas da América na era pré-histórica. O mito de Aztlán, juntamente com a existência de uma língua, o *Spanglish*, e uma cultura próprias, dava aos chicanos uma identidade nacional.

O *Spanglish* é um aspecto cultural marcante por meio do qual a cultura chicana tem se revelado e reclamado o seu espaço ao longo do tempo. É uma língua criada por um povo que não é espanhol nem mora em um país cuja primeira língua é o espanhol, um povo que mora em um país cuja primeira língua é o inglês, mas que não é anglo – em suma, um povo que não se identifica com o espanhol padrão nem com o inglês padrão, um povo cujo último recurso foi a criação de uma língua própria. Segundo a teórica e poeta *tejana* Gloria Anzaldúa, é uma língua que nasceu da necessidade dos chicanos de se identificarem como um povo, uma língua à qual podem ligar sua identidade, sua realidade e seus valores (ANZALDÚA 1999:

77). O que linguistas, editores e autoridades educacionais em geral apontam como uma deficiência – a interferência do espanhol no inglês – é valorizado por uma abordagem híbrida como contribuições criativas e positivas à literatura. Essa abordagem considera que o que parece na superfície ser uma prática que denota a assimilação cultural pode ser também definido como um ato subversivo: o de usar as ferramentas (a língua, no caso) do dominador para falar sobre si próprio e, ao longo do processo, infundir seus próprios valores culturais e ideologias na cultura dominante (APARICIO, 1997: 202).

Os autores que primeiro surgiram no contexto histórico e político do Movimento Chicano eram autores preocupados com a militância política, mais interessados na função didática da obra artística para a formação da consciência chicana do que nos seus aspectos estéticos (TORRES 1993: 25-26). O romance chicano, por sua vez, é basicamente um fenômeno do pós-guerra. O primeiro romance verdadeiramente chicano foi *Pocho*, de José Antonio Villareal, publicado em 1959. Embora tenha sido lançado na década anterior ao boom do romance chicano, *Pocho* tem o mérito de descrever a experiência mexicano-americana nos Estados Unidos. Dez anos depois, Raymond Barrio lança *The Plum Plum Pickers*, romance em que descreve a vida de trabalhadores *braceros* da colheita explorados pelos fazendeiros. Pouco tempo depois, em 1970, Richard Vásquez publica o seu romance *Chicano*, ambientado em Los Angeles, ou seja, em um centro urbano, contrapondo-se à ambientação rural de *The Plum Plum Pickers* (TORRES 1993: 27-28).

Após a publicação desses romances, foi lançado em 1970 o romance considerado a pedra fundamental da literatura chicana: *...Y no se lo tragó la tierra / ...And the earth did not devour him*, de Tomás Rivera, que recebeu o primeiro Prêmio Anual de Literatura Chicana da Editora Quinto Sol. Vários autores chicanos dessa fase frequentaram a universidade, onde buscavam uma maior aproximação intelectual com o mundo hispânico, principalmente a América Latina. *...Y no se lo tragó la tierra* marca o momento em que o romance chicano atingiu a maturidade e é um exemplo desse diálogo que se trava entre os chicanos e os escritores do boom latino-americano, como Juan Rulfo, autor de *Pedro Páramo*. Rivera produziu um romance experimental que retrata a vida do trabalhador rural migrante no período do pós-guerra (TORRES 1993: 29; 32).

Seguindo esses autores pioneiros, viriam outros, como Rudolfo Anaya, autor de *Bless Me, Ultima* (1972), e Rolando Hinojosa, autor de *Estampas del Valle* (1973), que também venceram o Prêmio Quinto Sol. Em conjunto, esses três romances são conhecidos como os romances fundadores da literatura chicana, que amadureceu com a crescente consciência da

necessidade de se voltar para uma busca de identidade ligada ao passado indígena, e não apenas às tradicionais origens espanholas (ORTEGO 1971: 223-224)

A partir de meados da década de 70, e principalmente na década de 80, várias escritoras chicanas começaram a produzir uma obra expressiva, destacando-se da produção literária da época. Elas se contrapunham não somente à literatura do centro hegemônico, de origem anglo, mas também à própria literatura chicana de então. Sentindo-se excluídas do centro por serem chicanas, e da própria sociedade chicana, extremamente patriarcal, por serem mulheres, elas foram buscar uma voz própria principalmente na tradição oral mexicana, fortemente marcada por mitos femininos, como Coatlicue e La Llorona, e por ao menos uma figura histórica feminina de grande impacto, La Malinche. Desde então, a releitura desses mitos e, conforme o caso, seu resgate e redenção, tem ocupado um lugar de destaque na literatura produzida por mulheres chicanas (TORRES 2001: 45). Algumas dessas autoras são Sandra Cisneros, Ana Castillo, Erlinda Gonzáles-Berry e Lucha Corpi, que buscam apontar caminhos por meio dos quais a literatura chicana cria um espaço próprio e cumpre o seu papel fundamental na missão de representar os habitantes da fronteira que separa e une, a um só tempo, os Estados Unidos e o México.

Considerações finais

Gloria Anzaldúa enfatiza que o caminho do habitante da fronteira, aqui representado pelos chicanos, passa necessariamente por integrar em si próprio as três culturas que o formaram – a branca, a mexicana e a indígena. Ele precisará levantar-se e reclamar o seu espaço, fazendo uma nova cultura – *una cultura mestiza* (ANZALDÚA 1999: 44). O caminho que possibilita uma nova consciência mestiça/chicana consiste em quebrar a dualidade sujeito-objeto por meio de uma luta para subverter o pensamento dualista tanto na consciência individual quanto na coletiva. A ideia chicana não é abrir mão de sua cultura nem demandar que o outro o faça. Seu desejo é que ambas as culturas se encontrem no meio do caminho, formando uma terceira. O caminho está em deixar para trás a separação entre essas culturas, de modo a não mais procurar optar por uma ou outra, e sim por todas a um só tempo, transformando a ambivalência em um elemento novo, unindo os elementos que antes se encontravam separados (ANZALDÚA 1999: 100-101).

Esse caminho é o caminho que não se completa, a eterna transição entre duas culturas; significa escolher habitar a fronteira. Anzaldúa lembra que os chicanos referem-se a si próprios como “*nosotros los mexicanos*”, pois por mexicanos eles não se referem aos

cidadãos do México, não se referem a uma identidade nacional, mas sim étnica. Eles distinguem entre *mexicanos del otro lado* e *mexicanos de este lado*, porque no íntimo acreditam que ser mexicano não tem nada a ver com o país onde alguém vive. Ser mexicano é um estado de alma – não de mente, nem de cidadania.

Referências bibliográficas

ACUÑA, Rudolfo. *Occupied America*. 3. ed. New York: Harper Collins, 1988.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands / La Frontera*. 2. ed. San Francisco: Spinsters/Aunt Lute, 1999 [1987].

APARICIO, Frances. On Sub-Versive Signifiers: Tropicalizing Language in the United States. In: APARICIO, Frances; CHÁVES-SILVERMAN, Silvia. *Tropicalizations*. Transcultural Representations of Latinidad. Hanover/London: UP of New England, 1997.

BOFF, Leonardo. A Mística de Bush. 2003. http://jbonline.terra.com.br/destaques/guerrairaque/analise_31.html (18/07/2003).

CORPI, Lucha. *Black Widow's Wardrobe*. Houston: Arte Público Press, 1999.

NAVA, Gregory. *Selena*. [Filme-vídeo] Produção e direção de Gregory Nava. EUA, Warner Home Video, 1997. 1 cassette VHS / NTSC, 128 min. color. legend.

NOVAS, Himilce. *Everything you need to know about Latino History*. New York: Plume, 1998.

ORTEGO, Philip D. *Backgrounds of Mexican American Literature*. Albuquerque: University of New Mexico, 1971. Mimeo, 276 p.

STEINBERG, Stephen. The Ignominious Origins of Ethnic Pluralism in America. In: _____. *The Ethnic Myth: race, ethnicity and class in America*. Boston: Beacon Press, 1982.

TORRES, Sonia. *Escritos chicanos: para a leitura de uma América Outra*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. Mimeo, 176 p.

_____. *Nosotros in USA: literatura, etnografia e geografias de resistência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.